



XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVI ENANCIB)
ISSN 2177-3688

GT 2 – Organização e Representação do Conhecimento
Comunicação Oral

**TRATAMENTO TEMÁTICO DA INFORMAÇÃO E A
DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA: ASPECTOS E REFLEXÕES
REFERENTES À CLASSIFICAÇÃO¹**

***THE INFORMATION SUBJECT TREATMENT AND THE MUSEUM
DOCUMENTATION: ASPECTS AND REFLECTIONS REGARDING
CLASSIFICATION***

Ana Cristina de Albuquerque, UEL
albuanati@yahoo.com.br

Resumo: O Tratamento Temático da Informação se caracteriza por englobar os processos referentes à análise e à representação temática de documentos, elaboração de linguagens, normas, padrões referentes à recuperação da informação e elaboração de registros onde as informações possam ficar armazenadas e, conseqüentemente, recuperadas. Desta forma, neste artigo apresenta-se uma reflexão referente ao Tratamento Temático da Informação a partir dos preceitos da Documentação Museológica, com foco na Classificação. Doravante levantamento bibliográfico e revisão da literatura sistematizada, propõe-se uma discussão primeiramente sobre os aspectos teóricos e históricos da Documentação Museológica e a seguir uma análise da classificação, utilizando como recursos o manual “Como gerir um Museu” publicado pelo ICOM em 2004 e pelo Thesaurus para acervos museológicos, publicado em 1987 e de autoria de Helena Ferrez e Maria Helena Bianchini. Estas discussões se dão no âmbito da verificação de como se deram os esforços referentes ao processo de classificação nos museus. Considera-se que o estudo das relações e vertentes da Documentação Museológica pode voltar-se ao estudo das questões temáticas dos documentos dos museus, e que há a necessidade de maiores debates para que seja efetiva a contribuição para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das práticas vigentes, já que os cenários são dinâmicos para a abertura a diferentes olhares e conceitos.

Palavras-chave: Documentação museológica. Tratamento temático da informação. classificação.

Abstract: The Information Subject Treatment encompass different processes related to analysis and thematic representation of documents, development of language, standards, patterns regarding information retrieval and elaboration of registration in which information can be stored and retrieved

¹ O conteúdo textual deste artigo, os nomes e e-mails foram extraídos dos metadados informados e são de total responsabilidade dos autores do trabalho.

accordingly. This article presents a reflection regarding the Information Subject Treatment from the precepts of Museum Documentation with emphasis on Classification. Based on bibliographical survey and literature review, this article discusses the theoretical and historical aspects of Museum Documentation and also analyses the Classification. For that, the manual “Como gerir um Museu” (“How to manage a museum”) published by ICON in 2004 and by Thesaurus to museum collection, published in 1987 and authored by Helena Ferrez and Maria Helena Bianchini is used as a resource. These discussions are related to the verification of how the efforts regarding the classification process in museums did occur. In this article, it is argued that the study of relations and aspects of Museum Documentation may be used on the study of thematic issues of museum documents, and that further discussions are needed so its contribution to the development and improvement of existing practices can be implemented, since the scenarios are dynamic to the opening of different views and concepts.

Keywords: Museum documentation. Thematic treatment of the information. Classification.

1 INTRODUÇÃO

Um museu, conforme a definição do International Council of Museums (ICOM), é uma instituição de caráter permanente, sem fins lucrativos, que tem por objetivo servir a sociedade e auxiliá-la em seu desenvolvimento. Além de ser aberta ao público, tem o dever de investigar, conservar e expor os registros materiais produzidos pelo homem e por seu meio para educação e lazer da sociedade (ICOM, 2001). De acordo com Giovanaz (1999), o que é preciso perceber primeiramente em um museu são os traços de durabilidade, pois são instituições criadas especialmente para sobreviver ao tempo e guardar os testemunhos humanos. A autora ainda explica que o conceito, comumente apresentado, consolidou-se no século XIX, época em que o museu servia aos preceitos de ostentação. Ainda hoje a instituição continua sendo, mesmo com muitas mudanças, espaço que proporciona definir a identidade e as características específicas de determinado grupo. Contar e mostrar uma história passa pelas operações de escolher o que classificar, o que conferir valor, atribuindo, então, “[...] um caráter distintivo aos objetos acumulados e expostos por esta instituição” (GIOVANAZ, 1999, p. 165).

Assim, o museu guarda os grandes fatos e os grandes momentos da história, sendo estes escolhidos para atender a necessidade de um estado ou de país para construir uma determinada memória em cima de fatos meticulosamente escolhidos e classificados como importantes. Esta concepção se aproxima da definição da Sociedade Americana de Museus, referenciada por Grossmann et al. (2004), na qual o museu é uma instituição:

[...] aberta ao público e administrada para o bem público, com a finalidade de conservar, preservar, estudar, interpretar, colecionar e exibir para o público, para sua instrução e fruição, objetos e espécies de valor educativo e cultural, incluindo material artístico, científico (seja animado ou inanimado), histórico e tecnológico (GROSSMANN et al, 2004, p. 268).

Para Marín Torres (2002), o museu é um organismo que está em constante atualização e expansão de seu acervo; sua primeira atividade, que fundamenta todo o seu desenvolvimento, é a coleção que posteriormente será conservada, estudada, difundida e preservada adequadamente nestes locais construídos com este fim. A cultura material², principal instrumento de trabalho de um museu, permite o desenvolvimento de conhecimentos, acarretando, assim, elementos fundamentais à construção de identidades culturais e sociais. Na definição de Loureiro (2008), os museus, além de serem ambientes onde preponderam elementos di e tri dimensionais, são espaços nos quais convivem a dicotomia natureza/cultura e a dimensão histórica dos artefatos. Portanto, cabe ao museu tanto a tarefa de preservar e apresentar aspectos físicos dos objetos como também dos conteúdos que possibilitam uma significativa narrativa dos fatos (LOUREIRO, 2008).

O objeto, desta forma, é adotado pelo museu como um documento que se conecta tanto aos domínios históricos e sociais quanto às relações que possui com os lugares e com as pessoas que representa (LOUREIRO, 2008). Neste sentido, Chagas (1985, p. 185) afirma que o museu tem o objetivo de “levar o homem à reflexão”, de pensar sua relação com o ambiente físico e social, pois é a partir de seus documentos e de seus vestígios deixados ao longo do tempo que o museu se constitui, sendo indissociável a relação homem e museu.

Sobre a importância dos acervos nos museus, Meneses (1994) explica que estamos em um universo onde a cultura material é indispensável para nossa sobrevivência, seja ela biológica, social ou psíquica, e que esta participa da “[...] produção e reprodução social [...]” (MENESES, 1994, p. 12). Apesar de os mecanismos que envolvem a produção e a reprodução não serem totalmente perceptíveis, eles estão refletidos nas apropriações sociais que se fazem da natureza física das coisas.

Para Meneses (1994), existem os “documentos de nascença”, ou seja, em algumas sociedades primitivas ou complexas é possível que certos objetos sejam criados com a função de documentar, uma vez que o homem é um ser documentado. Apesar disso, quaisquer objetos podem ter sua função atribuída a documentos, pois são de natureza retórica. Isso dá ao historiador a possibilidade de falar sobre o objeto, e “a explicitação de seus critérios e procedimento é fundamental para definir o alcance de sua fala” (MENESES, 1994, p. 21).

² Influenciada pelo materialismo histórico, a noção de cultura material surgiu nas ciências humanas, particularmente nas áreas de arqueologia e antropologia. É todo o conjunto de elementos concretos que forma uma sociedade como por exemplo, adornos, ferramentas, utensílios, edifícios, etc, visto como um reflexo dos valores e da cultura de cada sociedade. Para um entendimento detalhado do conceito ver BUCAILLE, Richard; PESEZ, Jean-Marie. Cultura Material In: Enciclopédia Einaudi, Lisboa: Casa da Moeda, 1989, v.16, p.11-47 e MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n.21, 1998.

Neste âmbito, Barbuy (2008), reitera este entendimento quando escreve que não há dúvidas que um artefato seja um portador de informações diversas sobre a história, o passado e um lugar. Os objetos levam a recordar ou conhecer menos um fragmento, se contextualizado, da realidade que passou. Desta forma se configuram como integrantes de um sistema de cultura específico, mesmo quando observados individualmente, e materializam a cultura (BARBUY, 2008).

Os objetos de museus, retirados de seu habitat natural, onde têm um significado e estão inseridos em um contexto, são transferidos para um lugar artificial, criado para abrigá-los com o desafio de preservar sua história. Essa passagem do natural para o artificial faz com que o objeto em um museu seja considerado um documento, uma fonte para pesquisadores e para exposições. Na concepção de Ferrez (1994), os museus, como a Museologia, têm, através destes objetos coletados, a função básica de preservar e de oferecer subsídios à pesquisa e à comunicação de evidências que o homem deixou, tornando conhecidos, assim, seu patrimônio cultural e natural.

Para preservar, expor e oferecer seus objetos ao estudo e ao lazer, os museus necessariamente precisam de um sistema de organização e tratamento informacional. Este tratamento se dá por meio de processos que irão envolver a coleta de objetos, o armazenamento adequado, bem como classificar, catalogar e organizar as peças, para que suas informações sejam disseminadas em catálogos elaborados especificamente para este objetivo.

A criação de normas e modelos que sirvam para a mediação das informações que os objetos carregam visam uma interlocução entre os contextos culturais que estes representam e sua disseminação para os usuários que necessitam de informações por diversos motivos. Estas informações, como já afirmado, podem ser referentes a aspectos físicos e de conteúdo, que caracterizam, como um todo, o tratamento das informações a serem disponibilizadas.

Considerando o exposto, o Tratamento Temático da Informação se caracteriza por englobar os processos referentes à temática de documentos, à elaboração de linguagens, normas, padrões relacionados à recuperação da informação e elaboração de registros, para que, assim, as informações possam ficar armazenadas e, conseqüentemente, recuperadas. Desse modo, “compreende as disciplinas de classificação, catalogação, indexação, bem como especialidades delas derivadas, ou terminologias novas nelas aplicadas, tais como metadados e ontologias, entre outras” (DIAS; NAVES, 2007, p. 17).

Desta forma, neste artigo apresenta-se uma reflexão referente ao Tratamento Temático da Informação a partir dos preceitos da Documentação Museológica, com foco na Classificação. Os argumentos partem de trabalhos anteriores da autora (ALBUQUERQUE,

2012; ALBUQUERQUE; MADIO, 2013) e do atual projeto de pesquisa que enfoca a Representação Temática e Descritiva de documentos fotográficos em arquivos, bibliotecas e museus localizados no Estado do Paraná. A partir do levantamento bibliográfico inicial, estão sendo definidos os elementos temáticos e descritivos em cada um dos campos propostos e esta reflexão se insere na análise teórica e bibliográfica referente ao campo da museologia. A discussão é levantada aqui a partir do manual “Como gerir um Museu” publicado pelo ICOM em 2004 e pelo Thesaurus para acervos museológicos, publicado em 1987, de autoria de Helena Ferrez e Maria Helena Bianchini.

Os objetos de museus, como quaisquer outros documentos, têm informações e representam um momento da atividade humana ou um registro da natureza. São fontes de pesquisa e assumem dentro da instituição um papel voltado ao conhecimento e ao estudo, já que mostram uma realidade deslocada de seu lugar original. Por isto, devem ser tratados, contextualizados, catalogados e classificados adequadamente. Conforme Ferrez (1994), o museu é intimamente ligado às atividades informacionais, pois os objetos são portadores e veículos de informações e, como tais, têm o potencial de se transformarem em fontes para pesquisas científicas, podendo, assim, gerar novas informações e conhecimentos.

2 A DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA: APONTAMENTOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS

A elaboração de instrumentos que possam servir para auxiliar na gestão e na organização, com regras determinadas para os objetos de museu é denominada Documentação Museológica. Para Marín Torres (2002), num primeiro momento, é preciso distinguir documentação das fontes documentais, que são utilizadas para que sejam investigadas as origens de um objeto ou sua história ou mesmo os fatores do colecionismo. No caso das fontes documentais o que se destacam são os livros em que se encontram os registros dos objetos, as possíveis correspondências que falem ou descrevam a coleção, diários, guias de viagens, ou seja, tudo o que pode levar à pesquisa do contexto daquele objeto ou coleção e sirva de material de compreensão, inclusive os documentos que ficam no próprio museu, sendo os informes em relação a conservação e a visitas etc. (MARÍN TORRES, 2002).

Os instrumentos que fazem o controle administrativo, difusão dos fundos e coleções do museu, inventários, catálogos ou guias são, na visão de Marín Torres (2002), a documentação museográfica³, pois todo estudo que se fizer de uma coleção, pressupõe que

³ Adotaremos a definição documentação museológica, no entanto, a autora distingue museografia de museologia, conceituando da seguinte maneira: “Sin entrar en la profunda discusión y en la abundante literatura

seja dirigido pela elaboração de instrumentos de classificação, catalogação, análise, para que a informação científica seja devidamente divulgada e possa ser pesquisada.

Conforme Barbuy (2008), a Documentação Museológica é a organização das informações sobre o acervo de um museu. Esta organização possibilita que todos os trabalhos desenvolvidos na instituição tenham uma base que permita que as informações se tornem acessíveis ao público e pesquisadores. Para a autora, o objetivo da documentação é:

[...] constituir uma base ampla de informações, que alimente pesquisas e ações de curadoria, tanto da própria instituição como externas, e se alimente, por sua vez, das pesquisas realizadas sobre o acervo institucional ou em torno dele (BARBUY, 2008, p. 37).

Passando por várias transformações ao longo do tempo, a documentação em museus não é um processo atual, pois pode ser encontrada desde registros na Antiguidade até a Idade Média, representados por inventários de objetos (MARÍN TORRES, 2002). De acordo com a autora, por conta do colecionismo privado, os livros de registros foram muito importantes – por exemplo, na Idade Média – por conterem informações como ordem de chegada e pela descrição de características bem específicas que permitiam a identificação dos objetos (MARÍN TORRES, 2002). A importância destes registros e de sua conservação é observada atualmente pelo fato de permitirem um conhecimento a respeito de coleções. “Muchos de los que se conservaron in situ y fueron publicados a finales del siglo XIX sin llegar a alterarse, [inventários] han servido para la reconstrucción de las colecciones [...]” (MARÍN TORRES, 2002, p. 53).

Um exemplo de como se podem identificar coleções e o método utilizado para sua organização é o estudo sobre os Gabinetes de Curiosidades. De acordo com Bittencourt (1996), Olaus Worm, naturalista dinamarquês do século XVII, elaborou produtos documentais em sua coleção de curiosidades compostas por, pelas análises de Bittencourt (1996), mil e quinhentos itens. Em 1655, publicou um catálogo impresso que descrevia seu conteúdo. Não é o primeiro a elaborar um catálogo, mas, de acordo com o autor,

[...] apresenta, pela primeira vez, de maneira detalhada, o espaço de uma coleção. [...]. Está lá, tomado de maneira ampla e frontal, o gabinete. Podemos ver as coleções arrumadas e podemos perceber o método subjacente ao sistema (BITTENCOURT, 1996, p. 10).

científica que ha estudiado estes dos conceptos, podemos decir, que, basicamente, se distingue por el acercamiento teórico-histórico de los fenómenos museísticos y la cultura material realizado por la museología, frente ao estudio de orientación más práctica que ejerce la museografía. Del mismo modo, la documentación museológica sería una parte disciplinal dentro de la ciencia museologica que se encarga de estudio de la teoría, historia, técnicas y procedimientos llevados a cabo en los museos a la hora de gestionar y dar un sentido informativo y científico a sus colecciones. (MARÍN TORRES, 2002, p.50).

Worm e os enciclopedistas partiram do método de sistematizar a realidade através da organização física de objetos para assim representar um conhecimento ou uma parte do mundo. A reunião e a organização destes objetos resultam não só no conhecimento, mas também em uma história que remonta às origens e feitos do homem. Assim, Bittencourt (1996, p. 14) explica que:

[...] tanto os Gabinetes de Curiosidades quanto as Enciclopédias são, em última análise, repositórios de informações sistematizadas e recuperáveis. São equipamentos de ciência gerados pela prática da classificação. São, os dois, interposições entre as coisas e as palavras, quer dizer, entre o natural e o humano. É interessante observar que tal interposição, produto da classificação, resulta em um simulacro da natureza, perfeitamente controlado pelo entendimento humano.

A elaboração de catálogos e de instrumentos que representassem os conteúdos dos Gabinetes de Curiosidades ou museus é uma prática que foi desenvolvida por diferentes estudiosos, sempre na tentativa de organizar e dar possibilidades de estudo destas coleções. Cerávolo e Tálamo (2007) afirmam que durante séculos o registro e o controle das informações de coleções eram executados por pessoas ilustradas, cientistas, colecionadores, pois, se conheciam a matéria, ou a fundo as coleções, era fato que conheciam também o tratamento que deveriam ter.

As operações que se realizavam nos antecedentes da Documentação Museológica ainda eram de caráter simples e básico, no entanto, já preanunciavam as atividades que seriam desenvolvidas posteriormente. Para Marín Torres (2002), a aquisição pode ser vista como uma atividade que originou os livros de registro, pois ali eram descritos critérios de seleção, data e ordem de entrada e como a obra foi adquirida (MARÍN TORRES, 2002). O tratamento também é descrito como uma fase da documentação, pois permite que seja realizada a análise mais formal, na qual a autora se refere ao inventário e a análise de conteúdo, que se caracteriza pela catalogação, classificação e ordenamento das obras (MARÍN TORRES, 2002). Por fim, a difusão informativa completa as atividades com a identificação, folhetos e publicações a respeito da obra ou da coleção que visam o público.

Atualmente, o trabalho de sistematização continua em instrumentos mais complexos e dinâmicos, mas sempre sistemáticos, pois como explica Bittencourt (1996, p. 14), “[...] ser científico é ser sistemático [...]” e a sistematização leva ao conhecimento.

A Documentação Museológica é definida por Ferrez (1991, p. 1) como:

[...] o conjunto de informações sobre cada um dos seus itens e, por conseguinte, a representação destes por meio da palavra e da imagem (fotografia). Ao mesmo tempo, é um sistema de recuperação de informação capaz de transformar, como anteriormente visto, as coleções dos museus de

fontes de informações em fontes de pesquisa científica ou em instrumentos de transmissão de conhecimento.

A documentação, esclarece a autora, tem um papel fundamental nos museus. Além de servir para ter um entendimento minucioso da obra, gera uma quantidade de informação que pode servir a diversos setores. A pesquisa científica proporciona que informações importantes sejam registradas nos catálogos e desta forma novas informações e conhecimentos possam ser gerados, evidenciando também a função social que o museu deve desempenhar.

Para Loureiro (2008), nos museus a documentação tem início quando as áreas do conhecimento que estão presentes em seu ambiente são relacionadas, pois apenas assim a análise, base do processo documentário, terá subsídios suficientes para criar sistemas de recuperação de informações que possam refletir, de forma a não deixar de lado a contextualização histórica, aspectos sócio-culturais etc. e, com isto, o acesso do público às informações que são veiculadas será mais eficaz, pois a atividade de documentar em um museu é poder fazer uma integração das diferenças e tradições que são características das ciências para que os diferentes discursos e saberes possam ser utilizados pelos também muitos grupos sociais que fazem uso da instituição (LOUREIRO, 2008, p. 29).

Com a consolidação dos museus modernos no século XIX, a abertura ao público e a doação ou compra de coleções privadas, tem início uma maior atenção e preocupação com a gestão de museus na qual a documentação ocupa lugar imprescindível e as discussões em torno da criação de uma organização que se dedique aos assuntos museológicos começa a ganhar espaço. De acordo com Marín Torres (2002, p. 179):

Las cuestiones de normalización y uniformidad de criterios para la elaboración de inventarios, catálogos y guías preocuparon a las asociaciones nacionales de museos de carácter profesional formadas en este siglo. En el caso de Inglaterra, la necesidad de la mejora de las clasificaciones e indizaciones de los museos fue una de las preocupaciones manifestadas en la primera reunión de conservadores de la Asociación de Museos británicos en 1889.

A autora também registra que foi em 1877 a primeira publicação que falava da necessidade de um corpo profissional de museus. Esta publicação foi lançada por Elijah Howarth do Museu Sheffield, Inglaterra, que continuou, por alguns anos a se esforçar para desenvolver uma cooperação entre os museus e seus profissionais (MARÍN TORRES, 2002).

No entanto, mesmo que as origens da Documentação Museológica se mostrem como prática que se desenvolveu ao longo dos séculos da existência dos museus, seu entendimento como disciplina é recente como indicam Cerávolo e Tálamo (2007) que, baseadas nos estudos

de Paulette Olcina, escrevem que antes da década de 1950 as atividades desta natureza ainda não tinham normas específicas e eram realizadas guiadas pelo bom senso. As autoras destacam que o processo de desenvolvimento da documentação em museus foi lento e, como todos os processos de tratamento, teve erros e acertos, e diferenciam a pesquisa museográfica do tratamento documental, até pelo fato de os profissionais que exercem essas funções serem diferentes. Para as autoras:

[...] dependendo da natureza das coleções que um museu abriga, são os curadores ou especialistas que a exercem. Dado este fato distinguimos a pesquisa museográfica que registra dados essenciais sobre um objeto e mesmo investiga outros para preencher as fichas de catalogação, da pesquisa e do tratamento documental realizados sobre aquela massa de dados para produzir instrumentos de busca e de acesso a informações (CERÁVOLO; TÁLAMO, 2007, p. 02).

No século XX, muitos órgãos foram criados e publicações lançadas, fato que contribuiu com o avanço da consolidação da Documentação Museológica, dentre os quais podem-se citar: Associação Americana de Museus, Estados Unidos; Associação para Documentação nos Museus, Inglaterra; Oficina Internacional de Museus, França, que deu início a publicação da revista *Museion*. Com isso, as atividades de investigação com base científica e respaldo de especialistas, a busca por melhores formas de organização, conservação e apresentação da Documentação Museológica têm lugar nas discussões destas organizações e dentro dos próprios museus, com a formação de laboratórios para esta finalidade.

De acordo com Marín Torres (2002), a criação da Oficina Internacional de Museus, (OIM), teve como idealizador o historiador Henri Focillon que defendia que o órgão fosse um centro de documentação e intercâmbio, inclusive com congressos e exposições, dos museus internacionalmente. A autora explicita a opinião do historiador, quando este escreve que a documentação nos museus é útil e importante porque possibilitaria aos agentes da oficina seu instrumento de trabalho, ou seja, é o ponto de partida para que o pesquisador conheça as obras através, por exemplo, de um catálogo-guia onde tenha informações sobre a conservação das peças, um laudo de especialistas propondo uma classificação única e mesmo a forma correta de utilizá-la (MARÍN TORRES, 2002). A autora continua expondo que a documentação, no caso da OIM, teria uma dupla finalidade pois serviria como instrumento de trabalho aos profissionais da oficina e serviria aos usuários. A proposta de Henri Focillon se baseia principalmente na ponte entre o que se tem na instituição e os novos conhecimentos que podem surgir dali com o apoio da documentação (MARÍN TORRES, 2002). De acordo com a autora, um modelo de ficha normalizada proposta pela OIM seria:

- Tipo de museo: sobre todo si eran enciclopédicos o especializados.
 - Colecciones más importantes.
 - Fechas de los catálogos publicados.
 - Expectativas del conservador en cuanto al futuro del museo.
 - Si está gestionado por una sociedad de amigos.
 - Si existen relaciones con otros museos, en especial con extranjeros.
- (MARÍN TORRES, 2002, p. 248).

O tipo de organização proposta seria dedicada às funções de normalização terminológica para a classificação, transformando-se, assim, em um centro de informações para todos os museus (MARÍN TORRES, 2002). Com a participação de especialistas poderiam desenvolver ali serviços que suprissem uma carência imediata de normalizar as atividades de documentação da época. Em 1927, em uma conferência organizada pela OIM, foram definidas distinções em tipos de catálogos para que houvesse a normalização destes. Foram divididos em: *catálogos guias*, que eram para os visitantes e deveriam ser de manejo simples, elaborados depois de todo o tratamento das obras do museu, com informações iniciais sobre o significado e contexto das obras expostas, reproduções das obras e principalmente por um preço modesto para que pudessem ser adquiridos pelos visitantes, além de estarem sempre atualizados. Os *catálogos sumários*, definidos como listas de obras de arte, monumentos ou até grupos de monumentos que eram conservados nos museus. Tinham o nome dos artistas, títulos das obras e uma explicação resumida do tema da obra, também continham o número do catálogo, que era fixo. Além disso, conservava-se o cuidado de deixar campos com flexibilidade para outras informações que por vezes poderiam ser acrescentadas. E por fim os *catálogos científicos*, que apresentavam o mesmo perfil dos catálogos sumários, mas incluíam detalhadamente biografia dos autores, maior contextualização das obras e detalhes das técnicas utilizadas para sua composição, além das referências em livros ou fotografias.

O debate sobre a normalização da documentação nos museus se intensifica com concordâncias e muitas oposições. Destaca-se também neste contexto algum tempo depois, a formação do Conselho Internacional de Museus, (ICOM), criado em 1946 e vinculado à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, (UNESCO), em substituição à OIM. Em 1950, o ICOM cria o Comitê Internacional de Documentação, (CIDOC), que tem uma importante participação da bibliotecária Yvonne Oddon, que desenvolveu junto à equipe de especialistas uma ficha de classificação museológica, no entanto, esta se mostra genérica e as discussões sobre a individualização dos itens de um acervo vieram à tona questionando justamente os campos definidos de forma superficial para

os variados tipos de informação. Sobre estes campos, adiante seguirá uma demonstração da ficha.

De acordo com Cerávolo e Tálamo (2007), o CIDOC, na década de 1960, visando a prática da documentação em museus de forma internacional, iniciou um trabalho de padronização dos registros de museus com recomendações acerca do uso de etiquetas-padrão para que o objeto fosse identificado e modelos também padronizados elaborados por Yvonne Oddon de fichas catalográficas e inventários. As dificuldades afloraram por conta da diversidade de procedimentos que cada museu executava e também da diferença da função de cada museu.

Na década de 1970, a informatização⁴ para a documentação dos museus entra em pauta e a tentativa de desenvolver sistemas com as informações presentes nos registros já existentes se mostra também complexa, visto que os sistemas seriam para fins de organização e comunicação de informações de modo mais rápido (CERÁVOLO; TÁLAMO, 2007). Apenas a partir da década de 1980, de acordo com as autoras, a documentação e a pesquisa científica serão discutidas visando o objetivo de tornar mais eficiente o trabalho dos pesquisadores. Este procedimento se divide em duas correntes, a francesa, que indica uma visão mais reflexiva e no entendimento do objeto como documento composto de informações que poderiam ser utilizadas nas pesquisas científicas, e a norte-americana, caracterizada por ser mais tecnicista e visar o rápido acesso aos objetos e, conseqüentemente, às suas informações (CERÁVOLO; TÁLAMO, 2007).

Na década de 1990 começou-se a pensar na concepção da normalização através dos estudos de terminologia e um controle dos vocabulários utilizados nos museus. De acordo com Marín Torres (2002), o CIDOC se concentrou em dois pontos que se mostravam essenciais: estudar as necessidades dos museus de acordo com suas diferentes especialidades e o estabelecimento de categorias para a descrição de objetos. Desta forma:

Se formaron varios grupos de trabajo, el de reconciliación de normativas, el de normas de documentación, de archivos de imágenes, de terminología (que elabora el *Dictionarium Museologicum*), de los centros de documentación y el estudio de las bases de datos (MARÍN TORRES, 2002, p. 307).

⁴ De acordo com Cerávolo e Tálamo (2007), foi a partir das considerações de G. Lewis, a partir da implantação da informatização e a previsão de seus possíveis usos, que o museu passou a ser visto como uma fonte de informação, pois com os sistemas informatizados, a questão da visualização da informação ficaria mais evidente (CERÁVOLO; TÁLAMO, 2007). Tirando as pretensões de que a informatização “salvaria” a questão da documentação em museus, houve uma necessidade de compreensão em nível mais aprofundado da própria documentação, daí os estudos teóricos acerca do conceito de documentação e dos sistemas de informação que agora faziam parte tão intensamente das instituições.

Os museus se adaptam às necessidades de seu tempo e novos grupos de trabalho surgiram no CIDOC como resultado desta adaptação: os grupos dedicados à etnografia, à arte contemporânea, à iconografia, aos sítios arqueológicos, às normas e terminologia, ao centro de informação e internet (MARÍN TORRES, 2002). Inclusive Cerávolo e Tálamo (2007) colocam que a terminologia é questão-chave nas discussões destes grupos, pois auxiliariam na implantação de bancos de dados informatizados. As autoras explicam que:

Leonard Will, representante inglês no Grupo de Terminologia para Nomes de Objetos do CIDOC, afirma que a questão da indexação em museus ainda estava na infância, pois a documentação em museus nunca teve lugar central como ocorreu nas bibliotecas. [...]. No seu entender seria o emprego de “recursos biblioteconômicos” (*library resources*) que poderia incrementar e subsidiar os museus no desenvolvimento de serviços de informação para visitantes (CERÁVOLO; TÁLAMO, 2007, p. 36).

Conforme as autoras supracitadas, a tendência é que se continue com o trabalho de elaboração de normas de informação museológica, para que seja possível um intercâmbio e unificação de práticas que facilitem a comunicação informacional entre as instituições (MARÍN TORRES, 2002; CERÁVOLO; TÁLAMO, 2007).

Entendido como uma unidade informacional, o museu deve determinar formas que sejam coerentes com as necessidades de seus usuários para a transmissão de informações contidas nos objetos e tende a desenvolver, assim, meios de tratar e disseminar estas informações. O contexto informacional é importante no sentido de dispor de ferramentas que possuam um controle documental, como os vocabulários controlados, tesouros ou listas de cabeçalhos, além de conhecer a linguagem dos usuários, ou a linguagem natural. Este tratamento vai dar origem aos produtos documentários que, como explica Yassuda (2009, p. 24) podem ser os seguintes:

[...] no livro tombo são registrados os objetos assim que chegam ao museu, assim como a sua baixa. Nele consta o registro, identificação e classificação. Denomina-se catálogo o conjunto de fichas de diversos tipos e diferentes conteúdos, ordenadas sistematicamente. O ato de classificar também pode ser chamado de catalogação aprofundada baseado nas fichas classificatórias. A classificação ou catalogação é uma etapa de análise profunda da peça, exigindo uma análise apurada. Os índices seriam ramificações da ficha classificatória competindo a ele possibilitar a recuperação por diferentes entradas (autor, tema, localização no acervo, etc.). As etiquetas são usadas como decodificadores das peças, acompanhando-as nas exposições.

A Documentação Museológica é elaborada por diferentes profissionais que estão envolvidos com o processo de aquisição, entrada, registro e exposição da obra como museólogos, curadores, historiadores, conservadores, ou seja, as peças de um museu são

tratadas de forma interdisciplinar, revelando que o processo de tratamento documental necessita de olhares diversos para que todas as informações possam ser ressaltadas.

Para Ferrez (1998), a documentação museológica e seus sistemas podem ser vistos analogamente aos sistemas de recuperação da informação denominados na Biblioteconomia. Para mostrar esta semelhança, a autora elaborou o seguinte esquema:

Quadro 1: Sistemas referentes a documentação museológica

OBJETIVOS	- conservar os itens da coleção; - maximizar o acesso aos itens; - maximizar o uso da informação contida nos itens.
FUNÇÃO	- estabelecer contato efetivo entre as fontes de informação (itens) e os usuários, isto é, fazer com que estes, através de informação relevante, transformem suas estruturas cognitivas ou conjuntos de conhecimento acumulado.
COMPONENTES	<i>Entradas:</i> seleção e aquisição <i>Organização e controle:</i> registro; número de identificação/marcação; armazenagem/localização; classificação/catalogação; indexação. <i>Saídas:</i> recuperação; disseminação

Fonte: Ferrez (1998, p. 04).

Diante do exposto, o processo de Documentação Museológica é composto pelas seguintes fases:

- Aquisição: processo pelo qual se adquire os objetos;
- Registro: serve de base para a identificação do objeto e para seu posterior tratamento técnico. De acordo com Santos (2000), o livro de registro é um instrumento que oferece aos profissionais um quadro exato do que a instituição possui, ou seja, de todo o patrimônio;
- Processamento técnico ou catalogação: atividade de referenciar os objetos do museu em uma “ficha de processamento técnico”, elaborada especialmente de acordo com o museu e suas características. Informações como número e nome do objeto são essenciais e o uso do Manual de Catalogação e dicionários e instrumentos que tragam uma terminologia específica da área são importantes para dar aos objetos uma descrição física mais exata (SILVA, 2000);
- Classificação: estabelece categorias em relação às coleções, e inserir os objetos, cada um em sua categoria correspondente, é o processo de classificação. A classificação vai determinar a identificação de forma correta dos objetos assim como possibilitar uma análise dos níveis de informação que este possui;

- Pesquisa: de acordo com Silva (2000), a concepção de museu apenas como um lugar para exposição e depósito de objetos antigos está ultrapassada e é necessário ver também seu papel como centros de pesquisa. O objeto de museu, como já comentado, pode servir a pesquisas diversas, cabendo ao profissional responsável pelo acervo elaborar instrumentos que deem esta possibilidade.

Os métodos da Documentação Museológica continuam em processo de desenvolvimento e se adaptando às mudanças. A classificação, uma das fases da gestão de museus, se bem elaborada pode ajudar e facilitar a recuperação de informações contidas nos objetos.

3 O TRATAMENTO TEMÁTICO DA INFORMAÇÃO NOS MUSEUS: A CLASSIFICAÇÃO

Partindo das definições de Documentação Museológica expostas acima, de seu desenvolvimento e baseados nos autores referenciados, a classificação é um processo que se refere à organização da informação e do conhecimento inserida no conceito de Tratamento Temático da Informação (SOUZA; FUJITA, 2013). As autoras explicam que a classificação, analogamente à catalogação e à indexação, representa a informação documentária no sentido do acesso ao conteúdo temático, com o fim de contribuir com o intermédio entre usuário e documento (SOUZA; FUJITA, 2013). Chamam a atenção também para a concepção comum de que a classificação apenas proporciona a localização física do documento, quando na verdade, esta atividade não pode ser considerada isolada em sua função numérica (SOUZA; FUJITA, 2013).

No museu, a classificação é um dos elementos que compõe, junto a catalogação, aquisição e pesquisa, o processo de tratamento documental das peças. A materialização deste tratamento se dá através da elaboração dos catálogos, inventários e bases informatizadas que possibilitam uma visão geral dos dados das coleções, o que também permite uma sistematização destas informações tanto para os profissionais que cuidam do acervo quanto para os pesquisadores e usuários. Para que seja realizado o tratamento das obras de um museu de acordo com normas da documentação museológica, todos os objetos passam pelo processo do registro, fotografia do objeto para o catálogo e inventário.

O termo classificação é definido pelos Cadernos de Diretrizes Museológicas (2006, p.148) como:

[...] sequência de operações realizadas em um museu que visam a distribuir os objetos/documentos em diferentes categorias agrupando-os de acordo

com suas analogias e características comuns. O sistema de classificação varia de acordo com a estrutura, funções, atividades e objetivos das instituições produtoras. Exemplo: no Museu Mineiro, o conjunto de objetos classificados na categoria comunicação, embora apresentem diferenças entre si, quanto à morfologia, material, técnica, dimensão e uso, compartilham da característica de prestarem-se como suporte material às atividades de comunicação, ou seja, de transmissão de informações ao homem, seja na forma escrita, sonora, visual, etc.

Portanto, em um museu a classificação é feita a partir das características dos objetos de acordo com o contexto e função a que se presta a instituição, ou seja, seguem o tipo de museu e provavelmente suas linhas de atuação.

Para Ferrez (1994), baseada nos apontamentos de Mensch (1987), os objetos são portadores de informações intrínsecas e extrínsecas que devem ser identificadas na abordagem museológica. As informações intrínsecas são as percebidas no próprio objeto, sem necessidade de recorrer a outras fontes. As informações extrínsecas ou informações documentais, necessitam de outras fontes para que sejam conhecidos o contexto e o significado que o objeto teve antes de sua entrada no museu. Geralmente estas informações são expostas no momento que o objeto é adquirido pelo museu ou através de pesquisa e bibliografias. Desta forma, são descritas as categorias de informação que devem ser identificadas a partir dos objetos.

Quadro 2: Categorias de informação que devem ser identificadas a partir do objeto

Categorias de informação a serem identificadas a partir dos próprios objetos ou de outras fontes, Mensch (1987, 1990) apud Ferrez (1998, p.02).	
<i>1. Propriedades físicas dos objetos (descrição física)</i>	
a) Composição material b) Construção técnica c) Morfologia, subdividida em:	• Forma espacial, dimensões • Estrutura da superfície • Cor • Padrões de cor, imagens. • Texto, se existente
<i>2. Função e significado (interpretação)</i>	
a) Significado principal b) Significado secundário	• Significado da função • Significado expressivo (valor emocional) • Significado simbólico • Significado metafísico
<i>3. História</i>	

a) Gênese	• Processo de criação no qual ideia e matéria-prima se transformem num objeto
b) Uso	• Uso inicial, geralmente de acordo com as intenções do criador/fabricante
c) Deterioração, ou marcas do tempo	• Reutilização
d) Conservação, restauração	• Fatores endógenos
	• Fatores exógenos

Fonte: Ferrez (1998, p. 02).

A autora explica que a análise do objeto é feita seguindo a matriz tridimensional propriedade física, função e significado e história, sendo que a primeira são as características extrínsecas e a segunda e terceira as características intrínsecas.

Um esquema de classificação com vias à normalização é o de Yvonne Oddon. A Ficha Classificatória Polivalente – Oddon – 1 que foi elaborada no ICOM por Yvonne Oddon, apesar do nome, mostra campos voltados mais à descrição do que à classificação propriamente dita (LAPA, 2011; OLIVEIRA JUNIOR, 2014).

Yvonne Oddon, de acordo com Oliveira (2009), foi influenciada pelo estudioso Georges Henri Rivière, um dos participantes da criação do ICOM em 1947, e foi seu diretor de 1948 a 1966. Mesmo depois de sua saída da direção, Rivière permaneceu como “conselheiro permanente” até 1985, ano de sua morte (LAPA, 2011).

De acordo com Oliveira (2009), para Rivière o estudo das coleções do museu se dava com a elaboração paralela de instrumentos de classificação e de análise, que serviria tanto para a organização da documentação como para a gestão. Deste modo, a documentação era processo central nos museus considerando que a atividade primordial da instituição eram suas funções educativas e culturais e por isso eram necessários aspectos que contemplassem a comunicação da informação científica (OLIVEIRA, 2009). A autora ressalta que Rivière compreendia o termo documentação de forma “polivalente”, porque pode ser moldada e utilizada de acordo com as necessidades de cada instituição, além de ser um termo que ainda não tem um campo nocional definido na área (OLIVEIRA, 2009). Assim, os instrumentos seriam as formas mais precisas e seguras para o estudo e conservação das informações que são produzidas em um museu tendo sua materialização no catálogo, quando for o caso de um tratamento científico e para o registro dos objetos, no inventário.

Figura 1: Ficha Classificatória Polivalente – Oddon – 1

1 Nº do objeto.....	4 Classificação.....	5 Localização no Museu.....
2 Instituição.....		
3 Proprietário.....		
6 Local de origem.....		
7 Nome do objeto ou da espécie.....		
8 Nome do autor ou classe, ordem, família ou gênero.....		

9	Materiais.....	
10	Descrição, técnicas, título (se houver), assinatura, dimensões.....	
11	Data, modo, fonte e lugar de aquisição.....	
12	Preço pago, avaliação, data (se houver).....	
13	Coletor, missão.....	
14	Grupo cultural ou étnico.....	
15	Função, uso, utilização.....	
16	Cronologia; dúvidas acerca da autenticidade.....	
17	Estilo, escola, influências representadas.....	
18	História.....	
19	Conservação, restauração, notas museográficas.....	
20	Documentação.....	Código do museu.....
	Técnico responsável pela ficha.....	Negativo.....

Fonte: Camargo-Moro (1986)

A ficha foi criada entre 1971 e 1973 e serviu, na época, como referência para diferentes sistemas de documentação de museus de forma internacional, como era a proposta do ICOM. Podia ser adaptada a variados tipos de acervo, pois sua intenção era justamente a padronização do tratamento documental. De acordo com a necessidade de cada museu, a ficha poderia ter mais ou menos detalhes ou campos, e dar uma visão ampla sobre cada objeto (CAMARGO-MORO, 1986). Os campos da ficha, se observados em relação ao tipo de museu, podem ser considerados bem genéricos, visto que as informações em determinados museus, como os de arte, etnográficos ou históricos têm de ser específicas e seguir a linha em que o museu se insere.

No Manual Prático “Como Gerir um Museu”, publicado pelo ICOM (2004), há a menção à classificação em diversos momentos, mas não há uma definição nem um tópico específico para o assunto. Num primeiro momento o Manual explica o processo de catalogação, numeração e identificação dos objetos museológicos e cita a classificação como uma informação no catálogo, junto a detalhes descritivos, identificação, origem e fotografia do objeto. Depois, no momento em que o Manual descreve e recomenda campos para a elaboração do inventário, é citada “Informação sobre a classificação e nome” (ICOM, 2004, p. 51), no caso esta classificação seria para museus de história natural podendo ser adaptada a outros tipos de museus, como de artes ou históricos. Os campos são descritos da seguinte maneira:

Informação sobre a classificação e nome

Nome do objecto/nome comum (campo obrigatório)

O nome comum do objecto, mais conhecido entre um membro do público ou investigador. Pode ser útil incluir um nome geral, seguido pelo nome técnico mais específico, de forma que a função seja comum ao utilizador geral e ao investigador. No caso de um objecto arqueológico, de arte ou de história, este registro pode ser completado pelos dois campos da categoria (categoria por forma, função ou tipo e Categoria por técnica). No caso de um espécime de história natural, este registro é para a forma não latina do nome, enquanto o nome latino é registrado no nome de Classificação. [...].

Nome de classificação

O nome de classificação de um espécimen de história natural.

Exemplo: “agraecum sesquipedale”. (ICOM, 2004, p. 51).

O Manual continua a explicação, sugerindo a classificação por determinadas categorias, dando o entendimento de que esta função é objetiva no sentido de dar um lugar ao objeto e definir sua classe dentro da instituição:

Categoria por forma, função ou tipo

Termo de classificação que descreve a forma física, função ou tipo do objecto. O método específico dependerá da área de estudo. Exemplo: “recipiente”, “mobiliário”. [...].

Categoria por técnica

Termo de classificação que descreve a técnica de produção do objecto. O método específico deve ser registrado no campo Técnica. A utilização deste campo de classificação dependerá do tipo de acervo. Exemplo: “cerâmica”, “cestaria” (ICOM, 2004, p. 51)

É possível perceber que nas recomendações do Manual do ICOM, a classificação é uma parte do processo de catalogação que dará origem e definirá os campos necessários para o inventário. Estas recomendações fazem parte do esforço dos profissionais do ICOM em estabelecer uma normalização e adequação às formas de tratamento dos acervos de museus.

O *Thesaurus para acervos museológicos*, (1987), se destaca em relação ao tratamento e classificação dos objetos de museus. Lançado pela Fundação Nacional Pró-Memória e de autoria de Helena Ferrez e Maria Helena Bianchini, o Thesaurus é a primeira obra brasileira a propor uma classificação para os objetos de coleções históricas, ou seja, os museus que tratam dos grandes temas de uma nação, por exemplo.

O Tesouro é um instrumento que tem como característica ser constituído por um conjunto de termos que se referem a uma área específica do conhecimento e relaciona, de forma semântica e genérica estes termos. De acordo com Ferrez e Bianchini (1987, p. xv):

[...] é um conjunto de conceito ordenados, de modo claro e livre de ambiguidade, a partir do estabelecimento de relações entre os mesmos e que pode ser definido segundo sua função ou estrutura.[...].

O thesaurus, portanto, é um conjunto de termos que sofreram controle e de relações que definem os seus conteúdos semânticos, a saber:

- relações de equivalência;
- relações genéricas (gênero-espécie);
- relações associativas; e
- relações partitivas.

O *Thesaurus para acervos museológicos* foi elaborado de acordo com as relações de gênero e espécie, ou seja, relações que refletem o todo, portanto, genéricas. As relações partitivas, associativas e de equivalência e o esquema classificatório proposto compreendem três níveis que são básicos: “[...] hierarquicamente relacionados: classes, subclasses e uma

lista aberta de termos/nomes de objetos que pode ser expandida, de forma controlada, pelos usuários [...]”. As classes se estabelecem como referência para o universo dos objetos do acervo; as subclasses reúnem classes funcionais mais precisas e os “termos/nomes dos objetos”, tal como as autoras denominam, são “palavras para identificar objetos específicos” (FERREZ; BIANCHINI, 1978, p. 22).

[...] o conceito de função original é parte importante [...], pois é o atributo imutável presente em todos os objetos e, portanto, a única característica que pode ser utilizada como fundamento para uma classificação sistematizada, independentemente do uso que esses objetos possam vir a ter mais tarde (FERREZ; BIANCHINI, 1978, p. 22).

As autoras explicam que a classificação, na construção metodológica do Thesaurus, não teve o propósito de classificar o universo geral dos objetos/documentos criados pelo homem, e sim que o trabalho se resume à classificação apenas de alguns museus brasileiros. Portanto, o Thesaurus não representa a totalidade dos conhecimentos de um acervo, mas fornece um modelo de extrema importância até hoje muito recomendado para que outros trabalhos possam ser desenvolvidos em cima do que foi proposto e para a organização do conhecimento referente à hierarquização dos objetos em um museu.

4 CONSIDERAÇÕES

Os objetos museológicos são registros de determinado tempo e/ou período que, quando adquiridos por acervos em museus necessitam da atribuição de valor, bem cultural, histórico, mas também de um tratamento documental, que envolva a descrição/catalogação das peças, pesquisa e classificação para que os aspectos informacionais sejam representados em sua totalidade.

No âmbito do Tratamento Temático da Informação, a produção e uso da informação são os fatores principais para que as questões relativas à representação de conteúdos sejam abordadas e elaborados produtos que contemplem estes aspectos. São trabalhados assim, a classificação, a catalogação de assuntos, a indexação. Neste estudo, especificamente em museus, a classificação se mostra como caracterizadora de espaço profícuo para discussões que aprofundem o tema.

A partir do entendimento do que é e como se formalizou a Documentação Museológica, que se mostra como um dos aspectos de importância nos acervos de museus por seu caráter de trazer para elaboração o tratamento das informações com a intenção de fornecer maior conhecimento tanto para seus usuários internos como externos, é possível perceber que a classificação é fundamental para a construção de produtos documentários que especifiquem

não só a hierarquização dos documentos mas que também os faça refletir a organização do conhecimento em determinada coleção.

Percebe-se, com a revisão bibliográfica, o esforço de profissionais em busca de aperfeiçoar e possibilitar uma classificação adequada, assim como uma instrumentalização do processo de classificação a partir do conteúdo temático.

A pesquisa aqui não é de forma alguma conclusiva e referencia-se, para a próxima fase do estudo, aprofundamentos de outros instrumentos que organizam o conhecimento, como o Conceptual Reference Model (CRM), desenvolvido pelo CIDOC que se mostra como um modelo de representação do conhecimento ao propor o relacionamento entre os conceitos no domínio do Patrimônio Cultural. Assim como propõe estudar também outras publicações de tesouros.

Os debates em torno do processo de Tratamento Temático em museus necessitam ser aprofundados para que se possa trabalhar de forma integral com todas as suas vertentes.

A realidade de cada instituição, sua linha de pesquisa e função dada aos documentos também devem ser consideradas nesta ação, haja vista que é um processo de construção intelectual.

Considera-se que o estudo das relações e vertentes da Documentação Museológica pode voltar-se ao estudo das questões temáticas dos documentos dos museus, contribuindo, assim, para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das práticas, já que os cenários são dinâmicos para a abertura a diferentes olhares e conceitos. Espera-se, ao final da pesquisa, contribuir com mais um ponto nesta discussão.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. C. de. **A classificação de documentos fotográficos**: um estudo em arquivos, bibliotecas e museus. Marília, 2012. f. Tese (Doutorado)–Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Marília, 2012.

_____. MADIO, T. C. A noção de classificação na Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia: abordagens teóricas. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2013.

BARBUY, H. Documentação museológica e a pesquisa em museus. In: GRANATO, Marcus, et al. **Documentação em museus/Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST**. Rio de Janeiro: MAST, 2008. (MAST Colloquia;10)

BITTENCOURT, J. N. Gabinetes de curiosidades e museus: sobre tradição e rompimento. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 28, p.7-20, 1996.

BUCAILLE, R.; PESEZ, J.-M.. Cultura material In: ENCICLOPÉDIA Einaudi, Lisboa: Casa da Moeda, 1989, v.16, p.11-47.

CAMARGO-MORO, F. de. **Museu:** aquisição/documentação. Rio de Janeiro: Eça, 1986.

CERÁVOLO, S. M.; TÁLAMO, M. de F. Os museus e a representação do conhecimento: uma retrospectiva sobre a documentação em museus e o processamento da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador, BA. **Anais...**, 2007.

CHAGAS, M. de S. Um novo (velho) conceito de museu. **Cad. Est. Soc.**, Recife, v. 1, n. 2, p.183-192, jul./dez. 1985.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS. **Como gerir um museu:** manual prático. França: ICOM, 2004.

DIAS, E. W.; NAVES, M. M. L. **Análise de assunto:** teoria e prática. Brasília: Thesaurus, 2007.

FERREZ, H. D. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. **Cadernos de Ensaios n.2:** estudos de museologia. Rio de Janeiro: Minc/Iphan, 1994.

_____. **Documentação museológica:** teoria para uma boa prática. In: FÓRUM DE MUSEUS DO NORDESTE, 4., 1991, Recife. Disponível em: <http://www.crnti.edu.uy/02cursos/ferrez.doc>. Acesso em: 21 nov. 2013.

_____. ; BIANCHINI, M. H. J. **Thesaurus para acervos museológicos.** Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória/Coordenadoria Geral de Acervos Museológicos, 1987.

LAPA, S. Georges-Henri Rivière na gênese do Museu Calouste Gulbenkian: contributos para o estudo da colaboração entre o museólogo francês e a Fundação Calouste Gulbenkian. **Revista de História da Arte**, n.8, p.88-109, 2011.

GIOVANAZ, M. M. Práticas de coleção: seleção e classificação dos restos do passado. **Anos 90**, Porto Alegre, n.11, jul. 1999.

GROSSMANN, M. O museu de arte hoje. Fórum permanente: museus de arte entre o público e o privado, 2004. Disponível em: www.forumpermanente.incubadora.fapesp.br/portal/painel/artigo/o_museu_hoje. Acesso em: 22 maio 2013.

JULIÃO, L. et al. **Cadernos de diretrizes museológicas.** Rio de Janeiro: IPHANCEDIT, 2006.

LOUREIRO, J. M. M. Esboço acerca da documentação museológica. In: GRANATO, Marcus, et al. **Documentação em museus/Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST.** Rio de Janeiro: MAST, 2008. (MAST Colloquia;10)

MARÍN TORRES, M. T. **Historia de la documentación museológica:** la gestión de la memoria artística. Espanha: Ediciones Trea, 2002.

MENEZES, U. T. B. de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. In: **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**. São Paulo, v. 2, p.09-42, jan./dez. 1994.

_____. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 21, 1998.

SANTOS, F. H. dos. **Metodologia aplicada em museus**. São Paulo: Mackenzie, 2000.

SOUSA, B. P.; FUJITA, M. S. L. A classificação bibliográfica no contexto do tratamento temático da informação: um estudo com o protocolo verbal individual em bibliotecas do instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IF'S), **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.18, n. 1, p. 796-813, jan. /jun. 2013.

OLIVEIRA, A. K. R. de. **Museologia e Ciência da Informação**: distinções e encontros entre áreas a partir da documentação de um conjunto de peças de 'Roupas Brancas'. 2009. 133 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

OLIVEIRA JUNIOR, A. B. O. **Sistemas de documentação museológica na Fundação Joaquim Nabuco**: análises e proposições. Recife, 2014. 100 f. Dissertação (Mestrado)–Programa de Pós-graduação em Gestão Pública, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

YASSUDA, S. N. **Documentação museológica**: uma reflexão sobre o tratamento descritivo do objeto no Museu Paulista. 2009. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)-Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2009.